

Trabalho no sábado, não!

Ações dos Sindicatos em todo o País impediram abertura das agências do Santander aos sábados

A mobilização dos Sindicatos em todo o País impediu que o Santander levasse em frente o projeto "Desendivida", com a abertura das suas 3.000 agências a partir do dia 22 de janeiro e demais sábados, sem pagar horas extras aos funcionários. Os Sindicatos de Cornélio Procópio e de Londrina conseguiram tutela de urgência junto à Justiça do Trabalho, proibindo o banco de abrir as portas aos sábados, já que o expediente neste dia não está previsto na Lei 4.178/1962, que regulamenta o funcionamento das instituições financeiras, e nem mesmo nos artigos 224 e 225 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que estabelecem a jornada da categoria bancária.

Diversos outros Sindicatos também conseguiram liminares barrando o trabalho aos sábados e nos locais onde o banco conseguiu abrir suas agências ações na Justiça irão cobrar o pagamento das horas extras aos funcionários, fazendo valer o direito ao descanso semanal remunerado.

"A direção do Santander precisa entender que no Brasil existem Leis e elas devem ser seguidas. O trabalho dos bancários aos sábados só pode ocorrer em casos extraordinários, mas mesmo assim mediante negociação com o movimento sindical e assegurando o pagamento das horas extras", pondera o presidente do Sindicato de Londrina e coordenador do Vida Bancária junto à Fetec-CUT/PR (Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito do Paraná), Felipe Pacheco.

Para Felipe, se o banco quer resolver o endividamento dos clientes, que faça isso de segunda a sexta-feira no horário de atendimento normal, bastando para isso contratar mais funcionários para dar conta da demanda.

Dirigentes do Sindicato de Londrina monitoraram as agências do Santander no sábado (22/01)





Sindicato de Londrina cobra medidas de segurança nas agências

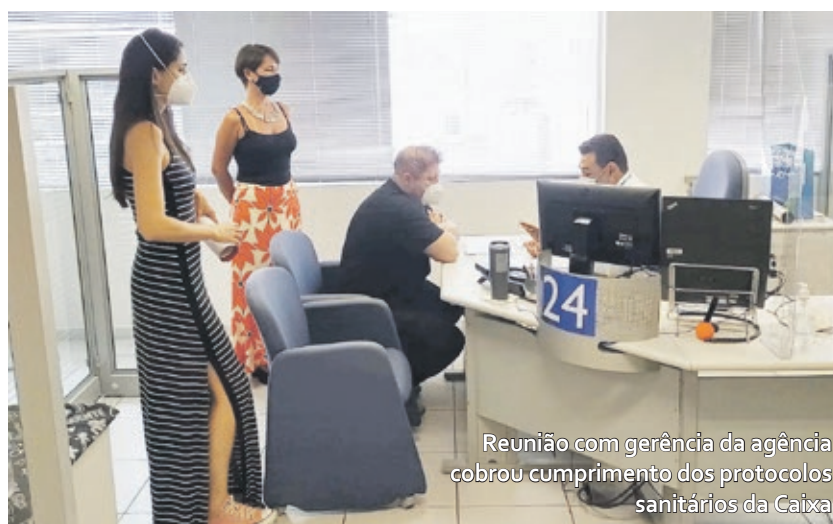
O Sindicato de Londrina se reuniu no dia 25 de janeiro com as administrações das agências Pé Vermelho e Av. Inglaterra, da Caixa Econômica Federal, depois de ter sido informado do registro de empregados e empregadas com teste positivo para Covid-19. Foi cobrado dos gestores o cumprimento dos protocolos do banco de prevenção à pandemia do novo coronavírus, que determinam o afastamento dos empregados infectados, bem como dos colegas que tiveram contato com eles, e o encerramento das unidades para sanitização.

O presidente do Sindicato de Londrina, Felipe Pacheco, afirma que ao surgirem os sintomas da Covid-19 é preciso comunicar ao gestor para que sejam tomados os procedimentos cabíveis e em caso de qualquer irregularidade em relação aos protocolos os empregados devem comunicar imediatamente ao Sindicato.

“O Sindicato continua monitorando os casos de Covid-19 nas agências bancárias localizadas em nossa base territorial e conta com o auxílio da categoria para denunciar o desrespeito às medidas de prevenção”, orienta Felipe, acrescentando que nos casos de afastamento com atestado médico ninguém deve aceitar o home office. Em caso de dúvida sobre seus direitos, procure o Sindicato!



Dirigentes do Sindicato acompanharam fechamento da agência Pé Vermelho para sanitização após registros de casos de Covid



Reunião com gerência da agência cobrou cumprimento dos protocolos sanitários da Caixa



CEBB denuncia falta de proteção aos funcionários nas dependências

Em reunião realizada no dia 28 de janeiro, a CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil) exigiu a aplicação de medidas de segurança contra a Covid-19 e outras doenças virais, como forma de ampliar a proteção dos funcionários frente ao aumento exponencial de contaminados em todo o País. Os representantes dos funcionários denunciaram que os protocolos de segurança do Manual de Trabalho Presencial não estão sendo observados da mesma maneira em todas as unidades e reivindicaram uma série de medidas para aumentar a segurança dos funcionários, tais como a redução do horário de atendimento, limitação de clientes nas agências, sanitização dos locais onde surgirem casos positivos de Covid-19, entre outras.

Outra demanda apresentada pela CEBB ao banco foi a longa fila de espera no atendimento

da telemedicina da Cassi. Essa cobrança levou em conta o alinhamento da atual gestão da Caixa de Assistência à direção do BB.

Representantes do banco disseram que as reivindicações serão avaliadas, mas já adiantaram que não existem perspectivas para a volta do trabalho remoto institucionalizado.

“Solicitamos aos funcionários e funcionárias do Banco do Brasil para que fiquem atentos às medidas de prevenção e no cumprimento dos protocolos da Covid-19. Se for constatada qualquer medida que coloque em risco sua vida e a dos seus colegas, entre em contato com seu Sindicato”, ressalta Johni Oliveira Müller, presidente do Sindicato de Cornélio Procópio.

Sabe Mais

Leia estas e mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

Contraf vai ouvir consultor sobre Manual de Trabalho Presencial

A Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) recebeu autorização do MPT (Ministério Público do Trabalho) para submeter a Nota Técnica apresentada pelo Banco do Brasil a profissionais da área de saúde para poder se posicionar adequadamente a respeito dos pontos alterados no Manual de Trabalho Presencial.

A audiência de conciliação foi realizada dia 27 de janeiro e será retomada no dia 8 de fevereiro, quando a representação dos funcionários do BB apresentará sua avaliação sobre a Nota do banco. Representantes do BB chegaram a ameaçar abandonar as discussões no âmbito do MPT devido às medidas judiciais que os Sindicatos ganharam para que funcionários do grupo de risco retornem ao home office.



Bradesco

Três agências na base de Londrina registram casos de Covid-19

Após receber informações de que funcionários e funcionárias do Bradesco testaram positivo para Covid-19, no dia 7 de janeiro, o Sindicato de Londrina entrou em contato com o banco para cobrar a dispensa dos infectados, dos colegas que tiveram contato com eles e a sanitização das agências, conforme estabelecem os protocolos sanitários.

Segundo o secretário de Administração do Sindicato de Londrina e representante do Vida Bancária na COE (Comissão de Organização dos Empregados), Valdecir Cenali, a contaminação ocorreu nas agências do prédio central, localizado no Calçadão, na Praça Willie Davids e na unidade de Cambé,

onde houve certa resistência do banco para dispensar os funcionários.

"A COE e os Sindicatos já havia dito que a convocação de retorno dos funcionários e funcionárias que estavam em home office foi precipitada, pois os casos de contágio da Covid-19 voltaram a crescer em todo o mundo. A pandemia não acabou, por isso, é preciso cumprir todos os protocolos de prevenção e evitar aglomerações de pessoas nas agências", avalia Valdecir. De acordo com ele, todos devem ficar atentos e ao surgimento dos sintomas devem fazer o teste para confirmar a infecção, comunicando o gestor para que seja feito o afastamento e tomadas as demais providências necessárias.

Santander

Banco avança nos protocolos sanitários

O Santander apresentou à COE (Comissão de Organização dos Empregados), em reunião realizada no dia 26 de janeiro, alguns avanços no protocolo de prevenção à Covid-19. As mudanças atendem reivindicação feita pela COE para reforçar as medidas de contenção da pandemia, devido o alto grau de contaminação da variante Ômicron. Para o secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato de Londrina e coordenador da COE Santander junto à Fetec-CUT/PR (Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito do Paraná), Leonardo Rentz, os avanços apresentados pelo banco são bem-vindos, mas insuficientes diante do atual momento da pandemia. "Queremos a volta do home office, sistema que impediu a contaminação de milhares

de bancários entre 2020 e 2021 por ter reduzido o número de pessoas nas agências, limitando a circulação do novo coronavírus", explica. Leonardo orienta aos bancários e bancárias a denunciarem ao Sindicato o desrespeito pelos gestores aos protocolos dos bancos, o que pode colocar em risco a vida de todos.

Avanços

O protocolo sanitário do Santander prevê as seguintes medidas para casos de Covid-19:

- Nenhum funcionário deve trabalhar com qualquer sintoma relacionado à Covid-19 ou gripe. Nos primeiros sinais, deve se afastar imediatamente, contatar o médico (preferencialmente a telemedicina), informar o

SAÚDE EM RISCO

Governo reduz prazo de afastamento do trabalho nos casos de Covid-19

Sem levar em conta o aumento exponencial de casos de Covid-19, com níveis verificados no auge da pandemia no País, o Ministério da Saúde, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Previdência, editou portaria no dia 25 de janeiro reduzindo de 15 para 10 dias o prazo de afastamento dos trabalhadores com testes positivos, suspeitos ou que tiveram contato com casos suspeitos. O documento prevê, ainda, que o período de afastamento pode ser reduzido para sete dias se o trabalhador apresentar resultado negativo em teste por método molecular (RT-PCR ou RT-LAMP) ou teste de antígeno a partir do quinto dia após o contato com alguém contaminado.

A redução para sete dias também vale para os casos suspeitos desde que o trabalhador esteja sem apresentar febre há 24 horas, sem tomar remédios antitérmico e com a melhora dos sintomas respiratórios.

Negócios x saúde

A secretária de Saúde do Sindicato de Londrina, Eunice Miyamoto, afirma que essa mudança foi feita sem nenhuma base científica e tem como único objetivo favorecer as empresas devido ao grande número de afastamentos de empregados registrado nos últimos dias. "Mais uma vez, o governo privilegia os negócios em detrimento da saúde. Essa nova variante Ômicron é muito contagiosa, por isso, o trabalhador precisa ficar afastado de suas funções até que esteja totalmente curado, devendo retornar quando não tiver mais nenhum sintoma e não oferecer risco de infectar seus colegas", defende.

gestor e se submeter ao teste;

- O afastamento foi reduzido para 10 dias conforme portaria e novas recomendações médicas, no entanto, o retorno só se dará caso o trabalhador esteja há 24 horas sem tomar medicação antitérmica e sem sintomas. Caso ainda esteja com sintomas, deve procurar o médico e o retorno dependerá de orientação médica neste sentido;

- O banco vai reforçar a comunicação interna de orientação aos funcionários;

- As equipes de limpeza estão sendo reforçadas e as limpezas devem ser diárias em todos os locais, incluindo mesas, cadeiras, teclados, ATMs, portas, piso, banheiros e todos os objetos da agência;

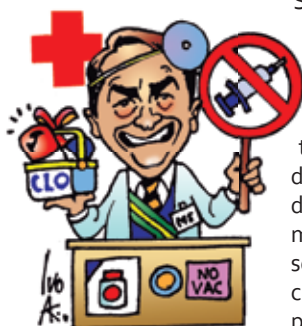
- A pedido do movimento sindical, desde o início da pandemia o banco tem ressarcido os testes rápidos.

BALANÇO

Brasil segue de marcha à ré nos três anos de governo Bolsonaro

No dia 1º de janeiro o presidente Jair Bolsonaro (PL) completou três anos de mandato, marcados pela volta da inflação galopante, por intolerância de todos os tipos, retrocessos nas políticas sociais, ataques aos direitos da Classe Trabalhadora, desmonte das empresas estatais, descaso com o meio ambiente e por mais uma variedade de ações que não condizem com o cargo que ocupa.

Eleito em 2018 com o discurso de acabar com a velha política, de combater a corrupção e de tornar eficiente a saúde, com uma gestão voltada ao respeito pela vida, até a semana passada nenhuma medida de seu governo foi feita neste sentido, pelo contrário. Desde que assumiu, Bolsonaro não tem medido esforços para livrar seus filhos das denúncias de rachadinhas, interferência na compra de vacinas contra a Covid-19 e interferências em empresas públicas. Na área de saúde, além do sucateamento do SUS, seu governo



protelou o quanto pode a compra das vacinas ao mesmo tempo em que defendeu, e ainda defende, o uso de medicamentos sem comprovação científica para prevenir o novo coronavírus.

Ainda no âmbito da saúde, Bolsonaro travou batalhas com adversários políticos, governadores e prefeitos que adotaram medidas de distanciamento social para conter o novo coronavírus, além de figurar como um dos principais investigados na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) formada no Senado para apurar irregularidades e omissões na condução da pandemia.

Desastre ambiental

Com seu governo alinhado aos latifundiários e ao agronegócio, o presidente estimulou o desmatamento na Amazônia, o que desencadeou uma série de incêndio nas florestas, bem



como no Pantanal e em outras reservas ambientais do País. De acordo com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), entre julho de 2019 e julho de 2020, os focos de incêndios na Amazônia aumentaram 28%.

Essa estratégia acabou sendo revelada pelo ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, Ricardo Sales, que durante uma reunião com o presidente disse que era "preciso aproveitar a pandemia para passar a boiada", se referindo às mudanças nas medidas de proteção ambiental.



Caos na economia

Com a Economia do País comandada pelo banqueiro Paulo Guedes, o governo Jair Bolsonaro perdeu o controle da inflação, penalizando a população com a alta dos preços dos alimentos, combustíveis e da tarifa de energia elétrica. Graças a essa dupla, a inflação acumulada nos últimos três anos passa de 20%

de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Segundo Guedes, essa alta é um "fenômeno global" e decorre da oscilação dos preços das commodities, do petróleo e até da escassez hídrica, tentando compartilhar a culpa dos seus erros com São Pedro. Quando Bolsonaro assumiu, em 2019, o litro da gasolina custava, em média, R\$ 4,26, e agora já está em R\$ 6,91. Enquanto isso, o salário mínimo, que sustenta cerca de 56 milhões de brasileiros, mais uma vez, teve apenas o reajuste pelo índice da inflação acumulada em 2021, que foi de 10,16%, passando a valer em R\$ 1.212,00.

Privatizações

Uma das ações marcantes do governo Bolsonaro é o desmonte das empresas públicas, atendendo aos interesses de grandes grupos internacionais e

nacionais que estão de olho em nossas riquezas. Neste sentido, nos últimos anos a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e outras importantes estatais passaram por intensas reestruturações, com a dispensa de milhares de funcionários, fechamento de unidades, venda de ativos e subsidiárias lucrativas.

Segundo o site Poder360, com essas transações o governo arrecadou entre 2019 e 2021 cerca de R\$ 227 bilhões, dinheiro que deve ser utilizado para cobrir a dívida pública, ou seja, devolver o dinheiro das privatizações para os detentores dos papéis da União, em sua maioria os grandes bancos privados.

Ataques aos trabalhadores

Nos últimos três anos, a Classe Trabalhadora sofreu inúmeros ataques do governo Jair Bolsonaro, seja por decretos, Medidas Provisórias ou projetos de lei na Câmara dos Deputados para aprofundar a malfadada reforma trabalhista feita no governo Temer. Neste período teve a reforma da Previdência, a flexibilização de direitos, com a liberação de contratos de trabalho precários e outros que não garantem sequer o vínculo empregatício, a tentativa de retirar os Vales Refeição e



Alimentação, ampliar a carga horária, como já ocorreu algumas vezes com a categoria bancária, redução salarial e diversas outras mudanças foram feitas na legislação trabalhista para favorecer as empresas.

Por conta disso, o País viu crescer o trabalho informal e o desemprego está em 11,6%, o que significa que 12,4 milhões de pessoas não conseguiram encontrar uma vaga de emprego.

Sem políticas para alavancar o desenvolvimento e com a economia atrelada ao preço do dólar, nestes três anos o governo Bolsonaro colocou o Brasil na base do ranking de qualidade de vida, com a inflação alta, falta de geração de empregos e cortes nos recursos dos programas sociais, jogando milhões de famílias de volta para a miséria por não ter um lar para morar e nem mesmo comida no prato.



Sindicatos de Bancários de Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina CUT

EXPEDIENTE

VIDA BANCÁRIA



CUT



Permitida a reprodução, favor citar a fonte. **Contato:** Av. Rio de Janeiro, 854 - Londrina - PR. CEP: 86010-150. **Fone:** (43) 3372-8787. **Diretores responsáveis:** Dirceu Quinelato (Londrina: 3372-8787-seeblid@sercomtel.com.br), Rosemari Zanin (Apucarana: 3422-5533-seebapucarana@gmail.com), Carlos Roberto de Freitas (Arapoti: 3557-1516-seebarapoti@gmail.com) e Johni Oliveira Müller (Cornélio: 3524-2120-seebcomnelio@bancarioscornelio.com.br).

Jornalista editor-responsável: Armando Duarte Jr. (2.495/PR). **Revisão:** Dirceu Quinelato e Josué Rodrigues.

